

A REVISTA VEJA NA DESCONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF:

O Processo de construção do golpe no Brasil em 2016

VEJA MAGAZINE IN THE DECONSTRUCTION OF THE PRESIDENT DILMA ROUSSEFF'S IMAGE:

The construction process of the coup in Brazil in 2016

JOÃO HENRIQUE ZANELATTO¹

LUCENE CANDIDO MAGNUS²

RESUMO

O artigo busca analisar como a Revista *Veja* contribuiu para o processo de desconstrução/desqualificação da imagem da presidenta Dilma Rousseff, contribuindo para a construção do golpe de Estado executado no Brasil no ano de 2016. O estudo perfaz uma discussão teórica acerca do cenário político e da ascensão dos governos de centro-esquerda no Brasil após o ano de 2002, destacando as alianças e a política neodesenvolvimentista adotada pelo bloco liderado pelo Partido dos Trabalhadores, e construindo uma cronologia do golpe de estado de 2016. Analisou-se, ainda, a narrativa presente em 5 capas da Revista *Veja* do ano de 2016 sobre o processo de *impeachment*, demonstrando como esse meio de comunicação teve papel relevante em todo o contexto que levou ao golpe da presidenta Dilma Rousseff com sua desqualificação midiática no cenário político.

Palavras-chave: História Política. Imprensa. Golpe.

ABSTRACT

This article seeks to analyze how the *Veja* Magazine contributed in the process of deconstruction and disqualification of President Dilma Rousseff's image, contributing to the construction of the coup d'état executed in Brazil in 2016. Discussing the political scenario and the rise of center-left after 2002, highlighting the alliance and the neodevelopmentalist politics adopted by the political bloc that the Workers Party led, and constructing the chronology of 2016's coup. Was analyzed the narrative on the cover of five different editions of *Veja* Magazine, all published in 2016 about the impeachment process, showing how this communication vehicle was extremely relevant in the major context that leads into President Dilma Rousseff's coup and her disqualification in the political scenario.

Keywords: Political History. Press. Coup.

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). *E-mail:* jhz@unesc.net.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/UNESC). *E-mail:* lucene.uce@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os impressos, ou seja, o material originário da arte e da indústria gráfica, tornaram-se possíveis pelo advento da imprensa, entidade que, conforme Dutra (2006, p. 9) “tem no papel e nos seus similares seu suporte material”. Ao longo de séculos, os impressos tomaram as mais variadas formas, incluído jornais, livros, almanaques, revistas, panfletos, boletins, gravuras, mapas, cartazes, calendários, dentre outros. Em suas diferentes formas, e na sua crescente circulação, os impressos tiveram atuação relevante nas transformações culturais, sociais e políticas do constructo da modernidade, como por exemplo, nos processos de secularização, urbanização e democratização das sociedades ocidentais. Particularmente nos jornais, pode ser evidenciada a íntima ligação dos impressos com o mundo da política, podendo essa relação:

(...) Ser mapeada na sua efetiva participação na constituição e ampliação de uma esfera pública; na sua condição de veículo de formação da opinião pública e divulgação das opiniões políticas, bem como de canal de mobilização política que presta à convocação, ao engajamento e à confrontação de ideias; na sedimentação das solidariedades de grupo; na ligação decisiva com os processos históricos de edificação nacional e de construção das identidades culturais; na sua capacidade de difusão e transformação das culturas políticas (DUTRA, 2006, p. 9).

Nos dias de hoje, os meios de comunicação exercem uma importância significativa que tem contribuído para reflexões interdisciplinares sobre a comunicação social e sobre a compreensão da vida contemporânea. O emaranhado de tecnologias, artefatos e mensagens que fazem parte do nosso cotidiano, incluindo satélites, cabos, novas tecnologias e redes de informação, jornais, revistas, sites, blogs, e-mails, chats e torpedos, configuram um campo amplo e aberto para a investigação por diferentes áreas do conhecimento, como destacado por Cruz (2007).

De acordo com Capelato (1994), a imprensa deixou de ser vista como um mero reflexo da realidade e passou a ser concebida como uma representação do real, ou seja, de momentos específicos da realidade, pois a sua existência é resultado de práticas sociais específicas de determinada época. Nesse sentido, o processo de produção do impresso é um ato de poder historicizado, pois nele estão envolvidas

relações de poder que precisam ser esclarecidas dentro de seu contexto histórico. Isso nos permite estabelecer que a imprensa não apenas age no presente, mas também influencia o futuro, uma vez que os seus produtores constroem imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas. Cabe observar que os impressos, bem como os meios de comunicação em geral, ainda ocupam lugar de destaque nas sociedades contemporâneas, pois são produtores de uma memória pública e de uma ideia de História. Desse modo, concordamos com a posição de Silvia Maria Arendt (2014, p. 22), quem afirma que “(...) a narrativa jornalística vem participando do processo histórico com vigor e constância haja vista sua condição simbólica de detentora da pretensão da verdade”.

Portanto, o presente estudo tem por objetivo analisar a narrativa presente nas capas da Revista *Veja* e como esse veículo impresso contribuiu para o processo de desconstrução/desqualificação da imagem da presidenta Dilma Rousseff na construção do golpe de Estado executado no ano de 2016. Metodologicamente, foi considerada a relevância das imagens presentes em cinco capas da revista impressa, expressadas nas edições publicadas em 02 de março, 13 de abril, 20 de abril, 11 e 18 de maio de 2016. A escolha de tais edições se justificou, fundamentalmente, no uso intencional da imagem da então presidenta Dilma Rousseff que, ao ver desse estudo, colaborou para a construção da desqualificação de sua condução política, sobretudo, de seu governo. Assim, nesse artigo, a Revista *Veja* foi utilizada como fonte e como objeto de análise.

Considera-se, nesse estudo, que o golpe de 2016 foi caracterizado por uma ofensiva neoliberal que atacou os governos que apresentaram uma pauta progressista quanto aos avanços sociais. Esse processo impactou profundamente nos avanços conquistados nos últimos anos no Brasil. O *impeachment/golpe*, ocorrido em 2016, marcou a ruptura de um ciclo político protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), desde 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Essa ruptura impactou profundamente no curso das políticas públicas de caráter social, configurando, dentre muitas outras características, a quebra do presidencialismo de coalizão construído a partir da ascensão de Lula junto aos partidos que representam a classe média e a burguesia brasileira.

1. A ASCENSÃO DOS GOVERNOS DE CENTRO-ESQUERDA NO BRASIL NO NOVO SÉCULO

Para compreendermos o golpe de 2016 e os sujeitos envolvidos que constituem também o foco deste artigo, precisamos contextualizar o cenário político que foi construído até o último mandato da presidenta Dilma Rousseff. Cabe observar que a mudança no rumo da política econômica brasileira e o resultado desse movimento na formação dos blocos políticos de aliança são importantes na discussão do processo de *impeachment*.

A história da política brasileira, no início dos anos 2000, foi marcada, fundamentalmente, pela conquista eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT). Este fato é inédito porque foi a primeira vez que um partido caracterizado no espectro político como “centro-esquerda” obteve sucesso eleitoral no cargo do executivo nacional. Neste sentido, podemos afirmar que a abertura do novo século para a política brasileira apresentou novos elementos de análise e discussão, sendo o começo de um governo que teve, em sua condução, o primeiro presidente operário eleito - Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o período de 14 anos, o país foi governado por programas políticos liderados pelo PT, junto a uma grande aliança composta por diversos partidos políticos com aspectos ideológicos distintos, e por dois presidentes da república, Luiz Inácio Lula da Silva (2003 até 2010) e Dilma Rousseff (2011 até 2016), ambos reeleitos.

Segundo Bastos (2017) a ascensão de Lula, nas eleições de 2002 se concretizou, dentre outros motivos, pelo enfraquecimento das políticas econômicas apresentadas por Fernando Collor de Mello e por Fernando Henrique Cardoso, que giravam em torno da ideia de abertura comercial, de privatização e de flexibilização de contratos de trabalhos. Em contrapartida, Lula assumiu o compromisso de preservar o “tripé macroeconômico” e, ao mesmo tempo, apresentar saídas para a classe trabalhadora, medida que foi expressa através da “Carta ao Povo Brasileiro”.

Conforme o “Relatório das Eleições de 2002 do Supremo Tribunal Eleitoral (STE)”, Lula foi eleito em 2002, no segundo turno, com 61,27% dos votos válidos, o que contabiliza 52.772.592 votos na coligação “Lula Presidente” dos partidos: Partido

dos Trabalhadores (PT), Partido Liberal (PL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). A vice-presidência da chapa foi ocupada pelo PL com o empresário José Alencar. A Coligação “Lula Presidente” venceu a Coligação “Grande Aliança” composta pelos partidos Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, encabeçada pelo candidato à presidência José Serra (PSDB) e a vice Rita Camata (PMDB).

Em 2006, o então presidente Lula foi para sua reeleição, sendo vitorioso no segundo turno com 60,83% dos votos válidos, contabilizando 58.295.042 votos. Sua coligação denominada como “A Força do Povo” contava com os partidos: PT, PCdoB e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), tendo novamente como vice José Alencar, quem havia migrado para o PRB. A oposição foi liderada, novamente, pelo PSDB com Geraldo Alckmin, candidato a presidente, e José Jorge, do Partido da Frente Liberal (PFL), como vice. A coligação intitulou-se “Por um Brasil Decente”, e foi composta somente por PSDB e PFL.

De acordo com os dados de Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a presidenta Dilma Rousseff, por sua vez, foi eleita pela primeira vez em 2010 na coligação “Para o Brasil Seguir Mudando” composta pelos partidos: PT, PMDB, PCdoB, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Republicanos (PRB), Partido da República (PR), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Trabalhista Cristão (PTC) e Partido Trabalhista Nacional (PTN), tendo como candidato a vice-presidente o político Michel Temer (PMDB).

A coligação fez 56,05% dos votos válidos, o que corresponde a 55.752.529 votos. Ganhou as eleições do candidato a presidência da oposição no segundo turno, José Serra (PSDB) e seu vice Índio da Costa (DEM), pela coligação “O Brasil Pode Mais”, composta pelos partidos: PSDB, Democratas (DEM), Partido Popular Socialista (PPS), PMN, Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Em 2014, Dilma Rousseff é reeleita presidenta do Brasil, com 51,64% dos votos válidos o que corresponde a 54.501.118 votos. Pela coligação “Com a Força do Povo”, composta pelos partidos: PT, PMDB, PR, PDT, PRB, PCdoB, Partido Social

Democrático (PSD), Partido Progressista (PP) e o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), mantendo o mesmo candidato a vice de 2010, Michel Temer (PMDB). A oposição em 2014 seguiu sendo liderada pelos tucanos, tendo Aécio Neves (PSDB) como candidato à presidência da república e como vice Aloysio Nunes (PSDB) na coligação “Muda Brasil”, composta pelos partidos: PSDB, PMN, PTN, DEM, PT do B, PTB, Solidariedade (SD) e o Patriotas (PEN).

As estratégias e acordos políticos iniciados por Lula e Dilma para construção de uma frente formada por partidos políticos de origem ideológica distintas, foi interpretada por Queiroz (2018) como um mecanismo que garantiu a manutenção desse bloco no poder durante 14 anos, elegendo Lula e Dilma. Mas também foi, mais tarde, o início do golpe de estado executado sobre a presidenta da república Dilma Rousseff, mascarado de processo de *impeachment*.

Para Queiroz (2018) e Boito Jr. (2012), o bloco de alianças formado pelos petistas, ao longo dos 14 anos à frente da presidência, formataram um programa baseado no modelo “neodesenvolvimentista”, o que os autores intitularam de “Frente Neodesenvolvimentista”. O programa, em si, corresponde a uma agenda política, econômica e social direcionada para avanços sociais importantes, como i) o aumento de renda da população, ii) redução do desemprego, iii) políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da saúde e educação e iv) diminuição da extrema pobreza. Boito Jr. (2012) expõe algumas diferenças entre o velho desenvolvimentismo do período 1930 a 1980 e o neodesenvolvimentismo praticado pelos governos Lula e Dilma com as seguintes palavras:

[...] Porque as diferenças com o velho desenvolvimentismo do período 1930-1980 são significativas. O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal. O problema é complexo e esse é um tema sobre o qual não desejo ser taxativo. Por ora, destacaríamos seis diferenças. O neodesenvolvimentismo: a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo, b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-

exportadora do capitalismo brasileiro, e) tem menor capacidade distributiva da renda e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e antiimperialista (BOITO JR, 2012, p.5).

As principais críticas ao modelo versaram sobre a ausência de mudanças mais estruturais, pois o programa econômico e social produziu “(...) o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país” (BOITO JR, 2012. p. 5). A “Frente Neodesenvolvimentista”, apresentada pelos autores citados, foi composta pela burguesia interna, que são, basicamente, os setores da indústria de transformação, indústria naval, extração mineral, construção civil, agronegócio, setores comercial, bancário e outros. Ao mesmo tempo, essa frente também englobou as classes populares, como os trabalhadores, o campesinato e a classe média. Ou seja, houve a constituição de um cenário político econômico de equilíbrio entre a burguesia nacional e as classes mais marginalizadas da sociedade brasileira (BOITO JR, 2012).

Nesse cenário, do mesmo modo que a política adotada pelas alianças de Lula e Dilma criaram um bloco de situação, a oposição também construiu suas alianças. O bloco adversário foi chamado, pelos autores anteriormente citados, de o “campo neoliberal ortodoxo”, representado pelo grande capital internacional, pela fração da burguesia brasileira ligada ao capital estrangeiro, pelos donos de terras agrícolas e pela alta classe média. Esses setores, apesar de serem também beneficiados pelas políticas sociais do governo, se colocaram antagônicos em razão da contrariedade de dividirem privilégios, que antes eram exclusivos à eles, com a “baixa” classe média.

[...]ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa – essa é a nossa hipótese de trabalho – o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira perfeitamente integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra e a alta classe média, principalmente aquela alocada no setor privado, mas, também, no setor público. (BOITO JR, 2012. p. 3 e 4).

Com as mudanças na matriz econômica realizadas no governo Dilma, como apresenta Queiroz (2018), houve um realinhamento de forças entre os blocos de poder, além de um rompimento da burguesia rentista com a frente

neodesenvolvimentista, bem como sua aproximação com a frente neoliberal ortodoxa. Esses movimentos geraram o colapso do governo Dilma em diferentes frentes interligadas no processo de *impeachment*. Nesse contexto, a perda de popularidade do governo, a dificuldade de governabilidade dentro da Câmara dos Deputados (rompimento com o PMDB) e a perseguição jurídica pelo andamento da Operação Lava Jato, representam essas frentes.

Desse modo, concordamos com Queiroz (2018) que o processo político de 2016, divulgado pelas grandes mídias de forma nacional e internacional, foi um projeto político articulado por setores da sociedade brasileira. A análise desses setores materializa uma expressiva intenção de derrubar o programa econômico e social que vinha sendo implementado no Brasil através dos mandatos de Lula e Dilma, dentro do arranjo político da frente neodesenvolvimentista.

Como se pode constatar, os desdobramentos do processo ao longo de 2016 revela que as questões inerentes à base da denúncia – irregularidades contábeis na execução orçamentária – constituíam apenas um álibi, no qual se materializavam os interesses políticos, econômicos e sociais de algumas classes e frações de classes específicas (QUEIROZ, 2018, p. 150 e 151).

2. A CRONOLOGIA DO GOLPE

O processo político do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, iniciado no dia 21/10/2015, que culminou no golpe institucional de 2016, deve ser interpretado a partir do seu contexto geral. Por isto, este artigo apresenta em linhas cronológicas, no quadro 1, os principais acontecimentos na esfera jurídica, parlamentar e política, considerando o momento em que o *impeachment* foi, então, aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB).

O aceite do pedido de *impeachment* por Eduardo Cunha (PMDB) evidencia a ruptura política entre o PMDB e o PT, relevando, não apenas o fim da “Frente Neodesenvolvimentista”, como, também, o fim da relação política entre o partido que compunha o cargo de vice-presidência através da figura de Michel Temer. É possível delinear o rompimento entre esses partidos na medida em que Eduardo Cunha aceitou o pedido de *impeachment* direcionado exclusivamente para a presidenta Dilma, pelo

crime de responsabilidade fiscal, e, por outro lado, rejeitou o pedido de *impeachment* envolvendo Michel Temer. Em síntese, esses acontecimentos ocorreram a partir de múltiplos processos de tensões políticas iniciadas em 2015, como podemos observar no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Cronologia do Golpe de Estado de 2016.

Datas	Acontecimentos
21/10/2015	A oposição entrega para Eduardo Cunha o pedido de <i>impeachment</i> da presidenta Dilma, assinado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaína Paschoal.
08/12/2015	A votação secreta e tumultuada da comissão especial do <i>impeachment</i> é suspensa pelo ministro Luiz Edson Fachin.
17/12/2015	O STF estabelece o rito do <i>impeachment</i> .
05/01/2016	Cunha rejeita pedido de <i>impeachment</i> do vice-presidente Michel Temer.
01/02/2016	A Câmara recorre contra o rito estabelecido pelo STF.
23/02/2016	O marqueteiro do PT, João Santana e a esposa, são presos na operação Lava Jato.
04/03/2016	Lula é conduzido coercitivamente para depor na Polícia Federal durante a 24ª fase da operação Lava Jato.
13/03/2016	Os maiores protestos contra Dilma são registrados em mais de trezentos municípios pelo país.
15/03/2016	O STF divulga o conteúdo da delação de Delcídio do Amaral.
16/03/2016	O STF recusa o recurso de Cunha quanto ao rito do <i>impeachment</i> .
16/03/2016	Dilma anuncia Lula como ministro da Casa Civil.
16/03/2016	O juiz federal Sérgio Moro torna pública uma série de gravações feitas pela Polícia Federal, no contexto da operação Lava Jato, entre 17 de fevereiro e 16 de março, incluindo o grampo de uma ligação entre Lula e Dilma feito às 13h32 de 16/3, após o próprio juiz ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente. Apesar de amplamente divulgado na imprensa, o áudio não produziu repercussões imediatas na investigação da PF.
17/03/2016	Um juiz de primeira instância concede liminar que suspende a nomeação de Lula, quem recorre.
17/03/2016	A Câmara forma a comissão do <i>impeachment</i> .
18/03/2016	Em decisão monocrática, o ministro Gilmar Mendes suspende a nomeação de Lula para a Casa Civil.

23/03/2016	É tornada pública uma “super planilha” apreendida em 22 de fevereiro de 2016, na casa do presidente da Odebrecht Infraestrutura, no contexto da 23ª fase da operação Lava Jato, batizada de “Acarajé”. O documento (farto em nomes da oposição), que lista valores (incompatíveis com doações declaradas) e apelidos de cada político, é posto sob sigilo por Sérgio Moro, alegando que ele poderia levar a “conclusões prematuras”.
28/03/2016	A OAB protocola novo pedido de <i>impeachment</i> contra Dilma.
29/03/2016	O PMDB rompe oficialmente com o Governo.
29/03/2016	Em despacho oficial, o juiz Sergio Moro pede desculpas ao STF pelo vazamento da ligação entre Lula e Dilma e nega motivação política.
30/03/2016	Começam os trabalhos da comissão do impeachment na Câmara.
01/04/2016	Dois pedidos de <i>impeachment</i> de Michel Temer são protocolados na Câmara.
04/04/2016	Eduardo Cunha rejeita o pedido de <i>impeachment</i> do vice-presidente Michel Temer, assinado pelo ex-ministro Cid Gomes.
05/04/2016	O ministro Marco Aurélio Mello manda Eduardo Cunha aceitar o pedido de <i>impeachment</i> do vice-presidente.
06/04/2016	O relator do processo de impeachment na comissão da Câmara apresenta relatório favorável à abertura do processo contra a presidente.
11/04/2016	São divulgados na mídia, novamente por um suposto vazamento, treze minutos de áudio em que o vice-presidente fala à nação como se o impeachment de Dilma tivesse sido aprovado pela Câmara.
14/04/2016	A Advocacia Geral da União recorreu, sem sucesso, ao Supremo Tribunal Federal alegando cerceamento de defesa no processo de <i>impeachment</i> .
17/04/2016	Com 367 votos, a Câmara aprova a abertura do processo de <i>impeachment</i> depois de três dias de sessão.
25/04/2016	É formada a Comissão Especial do <i>Impeachment</i> no Senado.
29/04/2016	Em sessão da comissão do <i>impeachment</i> , o senador Randolfe Rodrigues prega peça em Janaína Paschoal e a faz admitir que, de acordo com a argumentação usada para definição de crime, também seria forçoso pedir o <i>impeachment</i> do vice Michel Temer. Pouco antes, a advogada afirma não haver elementos para que o vice fosse denunciado.
06/05/2016	A Comissão Especial do <i>Impeachment</i> no Senado aprova o parecer do relator, favorável à continuação do processo contra a presidente.
12/05/2016	O Senado decide abrir o processo de <i>impeachment</i> e afasta provisoriamente a presidente Dilma Rousseff.
12/05/2016	No mesmo dia do afastamento da presidente, Temer anuncia seu ministério. Composto por 22 homens brancos, a escolha foi duramente criticada por movimentos sociais e parte da mídia.

14/06/2016	O Conselho de Ética recomenda a cassação de Eduardo Cunha.
17/06/2016	A Petrobras atinge marca inédita de 1 milhão de barris por dia no Pré-Sal, com média de custo de extração do barril a USD 8,00 (média mundial é de USD 15,00).
16/06/2016	A Operação Lava Jato derruba o terceiro ministro de Temer, Henrique Alves, que estava à frente do Turismo. Alves renunciou depois da divulgação do conteúdo da delação de Sérgio Machado, que o apontava como beneficiário de propinas pagas pela Queiroz Galvão e pela Galvão Engenharia enquanto deputado.
21/06/2016	Michel Temer assume o golpe em sua conta no <i>Twitter</i> .
27/06/2016	Temer se reúne secretamente com Eduardo Cunha no palácio Jaburu.
29/06/2016	Interino afirma que Bolsa Família será mantido “enquanto houver pobreza extrema no País”.
29/06/2016	Criada a campanha de financiamento coletivo “Jornada pela Democracia – Todos por Dilma”, em resposta à restrição imposta por Temer ao uso de aviões da FAB pela presidente (com exceção do trecho Brasília-Porto Alegre). A iniciativa partiu de Guiomar Lopes e Celeste Martins, ex-militantes e amigas de longa data da presidente.
01/07/2016	Com pouco mais de um mês de gestão, o governo do interino Michel Temer foi considerado ruim ou péssimo por 39% da população, de acordo com pesquisa CNI/Ibope.
05/07/2016	Em seis dias, a campanha “Jornada pela Democracia” acumula R\$ 662.114 e 10.067 apoiadores. Em 48 horas, a campanha bateu recorde ao atingir a meta de R\$ 500 mil reais. Além de ter se tornado o projeto que recebeu mais doações em menos de 24 horas, também foi o que teve mais apoiadores em tão pouco tempo.
9 - 10/08/2016	O Plenário decidiu, por 59 votos a 21, que a presidente afastada iria a julgamento. No terceiro dia de julgamento, Dilma compareceu ao Congresso para se defender e negou ter cometido os crimes de responsabilidade que foi acusada. Por conseguinte, acusou o vice-presidente, Michel Temer, e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de conspiração;
31/08/2016	O processo durou 273 dias, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem as perdas dos direitos políticos de Dilma. No total, foram 61 votos favoráveis ao impeachment de Dilma Rousseff e 20 contrários no julgamento;

Fonte: *Boitempo e Educa Mais Brasil* (2019).

3. A CONSTRUÇÃO/DESCONSTRUÇÃO DO GOLPE CONTRA DILMA NO IMPRESSO VEJA

A revista *Veja* se caracteriza como uma revista de distribuição semanal, lançada nas quartas-feiras, com propensão nacional publicada pela Editora Abril. A magazine faz parte de um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina, e tem, como público-alvo, a classe média brasileira. Segundo Silva (2005), a *Revista Veja* foi lançada durante o período do regime militar por influência da revista norte-americana *Time*, que, na época, também ajudou a financiar a *Rede Globo de Televisão*. Cabe reiterar que a mídia, na contemporaneidade, cumpre o papel de tornar público a política no regime democrático, ou como bem resume Lima (2004) “o público agora é midiático”. Nesse sentido, a *Veja* se tornou, em 2016, um dos grandes veículos midiáticos que narraram a conjuntura política do golpe de estado dado contra a presidenta Dilma Rousseff, como veremos nas capas a serem analisadas a seguir.

Figura 1- Capa da Revista *Veja*, edição de 02 de março de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Central Eurico Back - UNESC

A primeira capa da Revista *Veja* analisada foi a edição de 02 de março de 2016, com a manchete “A operação acarajé saiu muito mais caro”, trazendo no centro da capa, o marqueteiro João Santana, a então Presidenta Dilma Rousseff e o Ex-

Presidente Lula. O editorial representava um ambiente de teatro de fantoches, construindo a ideia de um show, propondo pela colocação das figuras o marqueteiro João Santana como o condutor e Dilma e Lula como os fantoches da cena. Tal representação, conduz a interpretação do público em geral, para a existência de um personagem criado pelo marqueteiro - nesse caso, a criação de uma encenação direcionada para o âmbito eleitoral, uma vez que, o marqueteiro atuou nas campanhas eleitorais. A narrativa criada pela revista *Veja* é, portanto, de que havia uma identidade desconhecida pelos brasileiros, que foi construída com a finalidade de encenar, assim como em uma peça de teatro.

Inferimos que o objetivo foi levar os leitores a questionar-se: se a então presidenta Dilma e o ex-presidente Lula eram fantoches do marqueteiro dentro de uma peça teatral, quais seriam suas verdadeiras identidades fora do palco da política? A capa da revista colocou de forma clara de que seria uma identidade ligada à corrupção, a qual precisaria ser escondida pelo mais hábil profissional da mentira e manipulação, como ela mesma expressa na manchete da capa. A peça teatral é mobilizada articulando elementos que sugerem que “algo” deu errado e que este “dar errado” saiu muito mais caro.

A manchete se refere a 23ª fase da Operação Lava Jato (2016), batizada como “Operação acarajé”, que averiguou pagamentos suspeitos ao marqueteiro. No subtítulo da manchete, o editorial desqualificou Lula, afirmou que Lula e Dilma pagaram o marqueteiro com dinheiro “sujo”, e finalizou citando o processo de *impeachment* que Dilma veio a sofrer, sugerindo que: “Ela pode perder o mandato”. A capa da revista, em questão, leva o leitor a relacionar a figura da então Presidenta da República com o esquema de corrupção e propina ligados a Operação Acarajé, reforçando a narrativa do mandato petista ser ilegítimo, apontando como saída o *impeachment* de Dilma Rousseff.

A segunda capa da Revista *Veja* analisada, a edição de 13 de abril de 2016, com a manchete “Dilma em Liquidação”, apresenta ao fundo o Palácio do Planalto em chamas, com vemos na Figura 2.

Figura 2 - Capa da Revista Veja, edição de 13 de abril de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Central Eurico Back - UNESC

Considerando que o Palácio do Planalto é o local oficial de trabalho da Presidência da República e, também, o local de residência, ao colocar a imagem em chamas, a revista atribuiu ao leitor o sentido de caos na política nacional. A cena do fundo da capa, que enfatiza o Palácio do Planalto em chamas, corroborou com o sentido de que o próprio mandato da Dilma Rousseff estava sendo incendiado. A manchete, seguindo o mesmo entendimento, sugeriu que Dilma estaria colocando em promoção os cargos dos ministérios, lembrando promoções de queima de estoque em comércios. Na parte inferior do lado esquerdo da capa, vemos uma observação aos deputados, colocando-os como os únicos que poderiam “acabar com a farra” através do voto, trazendo novamente o processo de *impeachment* que ainda seria votado na Câmara dos Deputados.

Infere-se que o objetivo era consolidar a narrativa de que a presidenta Dilma estaria com seu mandato em colapso, precisando usar de cargos ministeriais para se manter no poder, buscando acordos com os deputados e suas bancadas para impedir a votação de abertura do processo de *impeachment*, a qual a presidente perde e o processo foi aberto em 17 de abril de 2016 como mostra a quadro 1.

Continuando com a construção da narrativa para o desgaste da imagem de Dilma Rousseff, a terceira capa em análise neste artigo é a da edição de 20 de abril

de 2016 (figura 3) com a frase “Fora do Baralho” associada à uma foto de Dilma representada por um cartaz rasgado.

Figura 3 - Capa da Revista *Veja*, edição de 20 de abril de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Central Eurico Back - UNESC

Como exposto, a imagem utilizada pela revista é a foto oficial da presidenta Dilma trazendo elementos simbólicos como o uso da faixa presidencial, um dos principais símbolos desse cargo político. A foto foi utilizada, portanto, como se fosse um cartaz colado e arrancado, sendo a parte da imagem que foi arrancada, correspondente à metade do rosto de Dilma. Neste sentido, infere-se que esta formatação se trata de algo que já tenha passado, ou seja, foi a tentativa de legitimar o próprio processo em si. A Dilma, já foi, ou seja, o que resta agora são fragmentos rasgados do seu próprio rosto, o que resta é a desconstrução/decomposição da liderança de sua gestão.

A manchete dessa edição demonstrou nitidamente a intenção de expressar que a presidenta Dilma Rousseff estava desgastada, sendo essa ideia reforçada pelo subtítulo da manchete. Dessa forma, a derrota de Dilma não se configurou somente com o resultado do processo de *impeachment*, que ainda seria votado, mas o próprio momento de abertura já configurou a sua derrota política. A mensagem tencionava

apresentar ao leitor a sua incapacidade política, sobretudo aquela referente ao exercício da governabilidade com o Congresso Nacional, governabilidade essa necessária para presidir o país, independente do resultado ter ido à votação ou não. Dilma, neste caso, foi exposta como incapaz de presidir o país em quaisquer situações.

A quarta capa da Revista *Veja* a ser analisada é a edição de 11 de maio de 2016 (figura 4), com a manchete “Tchau Querida, Tchau Querido”, ao fundo fotos de perfil de Dilma Rousseff e Eduardo Cunha e, no topo da página, há uma manchete secundária se referindo ao ex-presidente Lula.

Figura 4 - Capa da Revista *Veja*, edição de 11 de maio de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Central Eurico Back - UNESC

Na imagem, pode-se vislumbrar uma foto de perfil do deputado federal Eduardo Cunha (MDB - RJ), que foi quem aceitou o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma enquanto era Presidente da Câmara dos Deputados e um dos principais articuladores da oposição. Sobreposta à sua foto, está a imagem de perfil da presidenta Dilma, ambos com semblantes sérios, que se intensificam pelo fundo preto da capa.

A manchete desta edição foi uma das mais violentas e comentadas do período, sendo publicada um dia antes da aprovação no Senado do processo de *impeachment* e do afastamento da presidenta do cargo. A manchete “Tchau Querida, Tchau

Querido”, em seu subtítulo, sugeriu que, com a provável saída de Dilma e a derrota de Cunha, o Brasil teria a chance de acabar com a corrupção. A capa e a manchete prenunciavam a saída da presidenta Dilma, mas também que o “feitiço virou contra o feiticeiro”, ou seja, que Eduardo Cunha, na condição de Presidente da Câmara, aquele que foi um dos principais articuladores do impeachment de Dilma no Congresso Nacional, sofreu também derrota política.

No topo da página temos a menção do ex-presidente Lula, a partir do título: “No topo da Cadeia”, e com o subtítulo comentando a acusação do Procurador Geral da República que ligava Lula à uma “organização criminosa” dentro da Petrobras. A capa que antecipava a votação do Senado, reafirmava a imagem que a revista vinha construído do governo Dilma. Os dois, Dilma e Lula, são apontados como responsáveis pela corrupção no Brasil e o processo de *impeachment* foi identificado como resposta para erradicar a corrupção.

Figura 5 - Capa da Revista *Veja*, edição de 18 de maio de 2016.



Fonte: Acervo da Revista *Veja* da Biblioteca Eurico Back - UNESC

A quinta capa da Revista *Veja* foi a última analisada - a edição de 18 de maio de 2016, com a manchete “Ruína do PT” e ao fundo uma representação de um busto do ex-presidente Lula desmoronando. Essa edição foi publicada após a aprovação da abertura do processo de *impeachment* pelo Senado e o afastamento da presidenta

Dilma Rousseff. Essa edição emblemática foi composta por alguns elementos: i) a frase no topo da página, que diz: “EXCLUSIVO: As novas provas que comprometem Lula”; ii) o título da manchete: “Ruína do PT”; iii) Os subtítulos da manchete, que mencionam o PT como o grande responsável pela corrupção, a Dilma como a presidenta que foi afastada por crime de responsabilidade e que entrega o país quebrado e o Temer que iria conter os gastos, manter a inflação na meta e estimular os investimentos; E por fim, iv) o fundo da página com um busto do ex-presidente Lula desmoronando.

O enredo criado por estes elementos deixou claro a intenção da edição de descredibilizar não somente a presidenta, que estava sendo acusada por crime de responsabilidade, mas também o projeto de governo que se iniciou com Lula e se manteve até o afastamento de Dilma. A revista buscou colocar o Partido dos Trabalhadores como responsável pela crise política, reforçando o movimento político conhecido de “antipetismo”. O enredo da edição também apontou Michel Temer como a figura política que conseguiria estabilizar o governo brasileiro através de seu projeto “Uma ponte para o futuro”, o qual incluiria a política de teto de gastos e a reforma trabalhista, dentre outras reformas, e, dessa maneira, poria um fim ao projeto petista e abriria as portas para o avanço do neoliberalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da afirmação de Lima (2004, p.51) de que “(...) a política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que define o que é público no mundo contemporâneo”, entende-se o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff como um golpe executado não somente em seu governo, mas também no programa Neodesenvolvimentista. O estudo compreende a Revista *Veja*, após a análise das referidas capas, como um dos agentes políticos que corroboram com a narrativa da frente neoliberal ortodoxa, a qual estimulou veementemente o discurso golpista.

A imagem construída pelas capas da revista *Veja* sobre a então presidenta Dilma Rousseff, a colocou como a responsável pela corrupção, a caracterizou como

inapta para conduzir politicamente o Brasil, interligando sua imagem ao ex-presidente Lula, caracterizando-a como uma mera continuação de um mandato anterior, porém uma continuidade que não conseguiu manter suas estruturas firmes e acabou destruída. Portanto, considera-se que a Revista *Veja*, enquanto um grande veículo da mídia, contribuiu com o crescimento do antipetismo, que desqualificou os mandatos de Lula e Dilma Rousseff, bem como de todas as políticas apresentadas pelo modelo Neodesenvolvimentista, deixando marcas profundas na conjuntura política e socioeconômica brasileira de nosso presente histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Silvia Maria de Fávero. (Org.) **Um país impresso: História do tempo presente e revistas semanais no Brasil (1960 -1980)**. 1.ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia**. Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, n. especial, p. 1-63, 2017.

BOITEMPO. **Cronologia do Golpe**. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>>. Acesso: 17 nov. 2020.

BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGVSP, 2012b. Biblioteca virtual FGV-SP.

_____. Lava jato, classe média e burocracia de Estado. *Princípios*, v. 1, 2016b, pp. 29-34. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/2016/10/14/armando-boito-jrlava-jato-classe-media-e-burocracia-de-estado/>>. Acesso em: 05 set. 2020.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral**. Relatório das eleições 2002, Brasília : TSE, 2003

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário de Cunha. **Na Oficina do Historiador: Conversa sobre História e Imprensa**. Projeto História, São Paulo, n. 35, p.253-270, dezembro, 2007.

DUTRA, Eliana de Freitas. MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). **Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX**. São Paulo: Annablume, 2006.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual**. Anos 90, Porto Alegre, v.23, n.43, p. 67-92, Julho, 2016.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LIMA, Venício A. de. **Sete Teses sobre mídia e política no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio, 2004.

MENDES, Elaine . **Impeachment de Dilma Rousseff**. Educa mais Brasil. 2019. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/impeachment-de-dilma-rousseff>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

QUEIROZ, Felipe. **Crise política no governo Dilma Rousseff: uma análise a partir do conflito de classes**. In: CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 27 (2018)

RÉMOND, René. **O retorno do político**. In: CHAUVEAU, A.; TETARD, P. (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

_____. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Carla Luciana Souza. **VEJA: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)**. 2005. 658 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminenses, Niterói, 2005.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya Editora. 2016.

Recebido em 22 de janeiro de 2021.

Aprovado para publicação em 05 de outubro de 2022.